



ANGOLA

Frente militar: Unita se concentra no Sul

O principal objetivo militar do governo de Luanda na última quinzena de março foi reconquistar os pontos estratégicos que a Unita mantinha no Norte do país, como a zona petrolífera do Soyo, o importante entroncamento que é Ndalatando, e Caxito, a 60 quilómetros da capital. Falta retomar Ngage, uma base com o melhor aeroporto militar do país.

O ritmo rápido dessas retomadas parece estar relacionado com a preocupação da Unita em concentrar suas tropas no Sul. Após ganhar Huambo, as tropas de Savimbi cercam atualmente Kuito, capital da província do Bié, onde já predominam. Avancam também para Menongue, capital de Luando-Cubango, província do extremo Sudeste, onde se situa Jamba, a fortaleza da Unita durante os anos de guerra civil.

Caso Savimbi tome Kuito e Monongue, ele se defronta com uma escolha. Ou se fortalece no planalto central ou tenta avançar para o mar, procurando conquistar Benguela e o porto de Lobito. Se conse-

guir, criará uma zona-tampão de proteção ao Sul formada pelo eixo Benguela-Huambo-Bié, encarregada de conter o avanço das tropas governamentais.

Se não negociar a partir do domínio do planalto, onde a conquista do Huambo requereu 15 mil de seus homens, e tomar a direção do mar, Savimbi corre um risco militar, além dos prejuízos diplomáticos que já avultam. É que as Forças Armadas Angolanas estão concentrando seus reforços em Catumbela, numa base construída anteriormente pelos cubanos e que fica entre Benguela e Lobito. Af funciona o seu comando operacional, dirigido pelo general João de Matos, chefe do Estado-Maior. Ele admitiu que a guerra em Angola está tomando "proporções alarmantes".

Deve-se ter em conta que nestes cinco meses de conflitos houve maior número de mortos (cerca de 300.000) que nos últimos 30 anos de luta pela independência, invasões estrangeiras e guerra civil.

Benguela, a terceira cidade do país, é

um cenário-síntese dessa guerra. Com suas fábricas destruídas, lojas saqueadas e hospitais abarrotados de feridos, ela já recebeu mais de dez mil refugiados vindos do Huambo, depois da conquista da Unita. Segundo o *Le Monde* de 20 de março, somente as organizações internacionais conseguem socorrer os dois a três milhões de pessoas deslocadas na maior parte do país.

A guerra está envolvendo até garotos entre 15 e 17 anos, que estão lutando no Norte, ao lado das forças governamentais. O governo argumenta que é uma necessidade em virtude da desmobilização de suas tropas decorrente do acordo de paz. Esse jovens são considerados "voluntários" mas dizem ter a promessa do governo de uma gratificação de cerca de US\$ 200. Quando terminar a limpeza da Unita no Norte, elas pretendem ir até Luanda cobrar "por seus serviços".

José Maria Nunes Pereira

Frente diplomática: EUA E CEE pressionam Unita

Uma missão norte-americana chefiada pelo subsecretário adjunto de Estado, Jeffrey Davidow, encontrou-se em Abidjan (Costa do Marfim), em 25 de março, com representantes da Unita. Davidow justificou o encontro dizendo ser necessário fazer o partido de Savimbi regressar às negociações e reafirmou não terem os Estados Unidos qualquer plano prévio de paz para Angola. Ele confirmou a posição norte-americana de que a solução do conflito angolano passa pelo cumprimento dos Acordos de Bicesse.

● A delegação da Unita presente à reunião de Abidjan pensava prosseguir para outros países africanos, Estados Unidos e Portugal, numa missão de esclarecimento a governos e organizações internacionais suas novas propostas, "concretas e imaginativas", segundo Jorge Valentim, secretário de Informação da Unita. Parece, contudo, que os resultados das negociações com os americanos não foram muito favoráveis porque, em vez de prosseguir viagem, a delegação da Unita regressou diretamente para o Huambo. O general Eugénio Manuvakola, secretário geral do partido, explicou o retorno ao país dizendo ser necessário "trabalhar mais um pouco" nas propostas apresentadas aos norte-americanos. Ele afirma, porém, que as negociações com o governo de Luanda deverão acontecer até 15 de

abril, como teria sido acertado com Davidow.

● O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, tem ignorado oficialmente as propostas da Unita e aguarda o pronunciamento do Conselho de Segurança da ONU, que deu a data de 30 de março como prazo para a Unita reverter a sua posição de guerra e desrespeito aos acordos.

● Em Luanda, ao visitar a Assembleia Nacional em 23 de março, o chefe da missão da Comunidade Européia, Francis Wurtz, responsabilizou o líder da Unita "pelo enorme sacrifício imposto ao povo angolano".

● A OUA, tendo atualmente na chefia o presidente do Senegal, Abdou Diouf, enviou seu ministro das Relações Exteriores a Luanda para promover uma aproximação das duas partes em conflito. Enquanto isso, os Países da Linha de Frente - Angola, Botsuana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue - vão se reunir em 1º de abril, em Harare, para analisar o conflito angolano.

● Uma atitude diplomática indicadora da importância de Portugal no caso de Angola foi a carta que o presidente Clinton enviou ao primeiro-ministro português, Cavaco Silva. Nela, o presidente norte-americano afirma que, "através de nossos esforços combinados, poderemos avançar nos objetivos que temos em comum". (JMNP)

— NESTA EDIÇÃO —

ANGOLA:

- Noticiário sobre a guerra e sobre as conversações de paz (Pág. 3 a 8)

ÁFRICA DO SUL:

- Pretória fabricou armas nucleares (Pág. 9)
- Bombas nucleares: Ocidente ajuda África do Sul (Pág. 10)
- Mandela contra a violência (Pág. 10 e 11)
- A um ano das eleições (Pág. 11)

MOÇAMBIQUE:

- O regresso dos régulos (Pág. 12)
- Bispos de Moçambique querem universidade católica (Pág. 12 e 13)
- La tragédie des enfants-soldats (Pág. 13)
- Moçambique aguarda tropas japonesas (Pág. 13)
- Tropas do Zimbábue retiram de Moçambique (Pág. 14)

GUINÉ-BISSAU

- A revolta dos beafadas (Pág. 14)
- Uma centena de detenções em Bissau (Pág. 14)

ÁFRICA DO SUL

Revelação bombástica esconde intenções

O fato de o governo De Klerk só agora revelar a existência de um programa nuclear militarizado, desenvolvido secretamente até 1989, leva-nos a indagar acerca dos motivos para tão tardia revelação. Aparentemente, com o anúncio Pretória pretende enfatizar o contraste entre o atual e o anterior governo, liderado por Pieter Botha. Assim, ficariam manifestas a sinceridade e autenticidade do atual governo nas suas opções reformistas, dado que com o advento do governo De Klerk foi interrompido o programa e destruído o arsenal até então acumulado.

É impossível negar o caráter reformista do atual governo sul-africano. Mesmo considerando o fato de suas ações reformistas serem fruto de uma crescente mobilização dos negros, são inegáveis os méritos de De Klerk. Transformações institucionais importantes foram e estão sendo operadas, como a demolição do regime segregacionista sul-africano, o *apartheid*.

O surgimento do programa nuclear sul-africano deve ser entendido como resposta ao aparecimento de regimes considerados hostis na região da África Austral. A África do Sul não apenas financiou e apoiou militarmente a Unita e a Renamo como também encetou pesquisas visando à fabricação de armas nucleares. Ademais, com a

criação do programa nuclear, ganharam maior consistência as estratégias expansionistas cultivadas por Pretória. A possibilidade de uma África do Sul cercada de países-satélites, submetidos pelo seu poderio nuclear, tornou-se real.

Pode-se dizer, portanto, que o objetivo sul-africano era combater os negros, tanto interna quanto externamente. No que toca à população negra do próprio país, segundo as próprias palavras de De Klerk, a existência do arsenal nuclear faria as potências ocidentais, na eventualidade de um quadro de total colapso com a possibilidade de emergência de um poder negro, intervirem para restaurar a ordem.

O significado do tardio anúncio de Pretória torna-se outro se for considerada uma variável mais do que nunca atuante: a possibilidade de um governo do ANC. Revelar a dimensão do programa nuclear significa mostrar o quanto a África do Sul detém de tecnologia nuclear. Portanto, significa mostrar às potências ocidentais aquilo que será controlado pelos negros, na esperança de um apoio internacional mais firme ao atual governo de Pretória na sua estratégia gradualista de retardar ao máximo a realização de eleições no país.

Roquinaldo Amaral Ferreira

MOÇAMBIQUE

Regresso dos régulos: de volta ao passado

O Partido Frelimo, desde a independência até a realização do 3º Congresso, em 1977, se não fazia referências diretas à estratégia das aldeias comunais, em termos políticos e ideológicos – a partir das experiências das zonas libertadas – já emitia em seus discursos uma total rejeição às relações de solidariedade, de parentesco e representações tradicionais. Na busca romântica e enigmática do *Homem Novo*, a luta de libertação nacional e o projeto socialista requeriam a superação do tradicionalismo, do colonialismo e do imperialismo. Com isso, os valores e estruturas de poder étnico ou linhagístico foram considerados obstáculos ao incremento da guerra de libertação e à unidade e à identidade nacionais.

Durante a guerra de libertação, o coletivismo praticado nas “zonas libertadas” teve inicialmente um caráter militar. Frequentemente as relações de troca entre as populações rurais e os guerrilheiros se davam entre a produção familiar e a defesa de suas vidas e bens. Com a independência, a produção camponesa, seus valores e formas de organização e reprodução são forçosamente integrados às políticas nacionais de desenvolvimento.

Quando hoje se discute a democratização e novas propostas de desenvolvimento para o campesinato, discute-se também os grandes eixos da estratégia de desenvolvimento de Moçambique implantadas pela Frelimo: a disseminação das aldeias comunais.

No contexto dessa discussão, encaixa-se outra: a ocupação de territórios pela Renamo e a conseqüente substituição, em várias aldeias, de estruturas administrativas governamentais pelos antigos régulos. Estes, quando o território moçambicano foi

dividido em “regulados” (principalmente após a Primeira Guerra Mundial), cada um sob a chefia de um moçambicano (régulo), eram escolhidos entre a população local pelas autoridades portuguesas. Os mesmo coincidiam com os antigos chefes quando se submetiam plenamente às estruturas de poder impostas por Portugal.

Os regulados eram reunidos num posto administrativo sob a direção de um funcionário português. Tais postos, segundo sua extensão, poderiam compor uma circunscrição, em seguida um conselho e, por fim, um distrito. Durante algum tempo, os distritos conheceram uma unidade administrativa superior: a província. No ápice dessa estrutura administrativa, encontrava-se o governador geral, submetido diretamente ao Conselho de Ministros de Portugal.

A Renamo, ao reutilizar a influência dos antigos régulos, confirma a tese do antropólogo francês Christian Geffray de que a guerra se alimentou também de “rupturas sociais e políticas internas das sociedades rurais moçambicanas”. Em sua análise do conflito, Geffray nos encaminha para “as condições sociais e políticas internas do enraizamento e do desenvolvimento das hostilidades”, infelizmente desconhecidas pelas próprias autoridades moçambicanas.

O que se deve apreender, muito além da informação jornalística, é que se torna cada vez mais necessário a discussão das diferentes organizações sociais centradas em seus territórios linhageiros. Ou seja, enfrentar o desafio da multiétnicidade, pois a reestruturação do Estado moçambicano terá que se dar dentro de uma política de descentralização e democratização.

Edson Borges

GUINÉ-BISSAU

Centena de militares detidos

As autoridades de Bissau já admitem que os acontecimentos de 17 de março constituíam preparativos para um golpe militar que seria dirigido por um comissário político do Exército, Mário Soares, e se destinaria a depor o presidente Nino Vieira.

Cerca de cem militares estão presos, muitos dos quais da etnia beafada, que, depois dos balantas, foi a que mais deu combatentes ao início da luta de independência, em 1963, ganha dez anos depois.

Entre os detidos, além de veteranos, há muitos antigos alunos da escola-piloto do PAIGC, destinada sobretudo a filhos dos combatentes. Esses jovens militares parecem preferir a velha linha política que aprenderam na escola do que as atuais idéias reformistas, que certamente não os beneficiarão como corporação.

Aliás, as tentativas reformistas na área econômica empreendidas pelo governo são, na maior parte, resultado de pressões do FMI e do Banco Mundial. As ajudas externas à Guiné-Bissau são cada vez mais condicionadas também à implementação da democracia. Esta sofreria um grande atraso se a tentativa de golpe militar tivesse tido êxito.

A oposição, com destaque para o Movimento Bafatá, procura minimizar os efeitos da tentativa de golpe, reduzindo-a a uma questão militar. Ela incita os políticos a concentrar as forças nas eleições presidenciais e legislativas para que não sejam mais adiadas como em 1992 e se realizem ainda este ano. (JMNP)

ANGOLA

Confirmado: aviões russos abastecem Unita

A informação proveniente do SARDC que NOTÍCIAS AFRICANAS nº 1, de 8 a 14 de março, veiculou foi confirmada pelo semanário sul-africano *Weekly Mail*: aviões russos Antonov estão transportando armas sul-africanas para a Unita através do Zaire.

Os aviões pertencem a uma companhia russa, África Aeroflot, e são alugados à Safair, empresa sul-africana que trabalha em estreita ligação com a Armscor, estatal sul-africana de armamentos.

A Armscor confirma que vende armamentos a países africanos mas nega que esteja utilizando o aeroporto de Bophuthatswana (bantustão dito independente) para enviar armamentos à Unita. (JMNP)

ANGOLA : la guerre civile

LE MONDE, 20.3.93

Dans la souricière de Malange

Les communiqués militaires ont pris le pas sur les manœuvres diplomatiques en Angola. Le gouvernement a rejeté l'idée, suggérée par les Nations unies, d'une rencontre au plus haut niveau entre les deux parties en guerre. Pour les autorités de Luanda, la reprise de la ville pétrolière de Soyo compense la chute de Huambo, désormais aux mains de l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA). Selon des témoignages de survivants, la deuxième ville du pays « a été rayée de la carte ». Le mouvement de M. Jonas Savimbi, qui contrôlerait 70 % du territoire, encercle plusieurs autres capitales provinciales.

MALANGE

de notre envoyé spécial

Il y a dix jours, les mille quatre cents habitants de Cacuso, village soupçonné de sympathie pour le Mouvement populaire pour la libération de l'Angola (MPLA), l'ex-parti unique, toujours au pouvoir, ont fui l'avancée des soldats de l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (UNITA) pour se réfugier aux environs de Malange, capitale de la province du même nom. Ils ont parcouru 70 kilomètres à pied, la peur au ventre, pour échouer aux portes de la ville dans une tuilerie désaffectée et lépreuse. Dans plusieurs camps tout aussi précaires, répartis aux alentours, trente-six mille autres réfugiés ont connu un sort identique.

Sans moyens de transport, ceux de Cacuso n'ont pu emmener que quelques hardes. Ils dorment à même le sol, sans couvertures ni matelas, à la belle étoile ou dans les quelques maisons détruites qui entourent l'usine. Le riz que vient de leur livrer l'ONU, par le biais du Programme alimentaire mondial (PAM), cuit dans des boîtes de conserve. Dans la majeure partie du pays, seules les organisations internationales assurent désormais la sur-

vie des deux à trois millions de personnes déplacées - le pays compte dix millions d'habitants - fuyant les combats que se livrent l'UNITA et les troupes du gouvernement de Luanda.

Depuis leur arrivée à Malange, les habitants de Cacuso ne savent plus ce qu'ils peuvent espérer. L'occupation de leur village par les troupes de l'UNITA les empêche d'y retourner; l'encerclement de la ville leur interdit de fuir plus loin. Malange la salvatrice est devenue un piège. Aux élections de septembre dernier, la ville avait voté pour le MPLA. Aujourd'hui, à l'instar de quelques autres capitales de province, elle est totalement encerclée par l'adversaire, déployé à une vingtaine de kilomètres. Vainement, les troupes gouvernementales tentent de desserrer l'étau par quelques coups de canon. Invariablement, ceux d'en face leur répondent mollement, comme s'ils n'étaient pas encore décidés à engager l'ultime bataille.

En surface, la ville reste calme avec, vestiges de la présence

cubaine, son école Che-Guevara, ses gigantesques fresques murales à la gloire de Marx, Engels, Lénine, Fidel, ses slogans qui exaltent la « lutte glorieuse du prolétariat mondial ». L'antenne locale de Médecins du monde a fermé boutique il y a peu, laissant les habitants sans aucune possibilité de soins. A Malange, l'économie de marché, qui règle désormais les échanges de l'ancien Angola socialiste, est devenue celle du marché noir. Le litre d'essence se négocie trente-cinq fois plus cher qu'à Luanda; le prix de la nourriture est à l'avenant, et seul l'avion permet de nourrir la ville. Il est en train de faire la fortune de quelques négociants influents de la capitale, maintenant spécialisés dans l'« aide » aux villes encerclées.

Tensions à l'aéroport

Il cristallise aussi tous les espoirs de fuite. Des centaines de personnes,

en majorité des femmes et des enfants, campent devant l'aéroport, attendant l'hypothétique appareil qui les emmènera vers la capitale encore épargnée par la guerre. La plupart d'entre elles patientent depuis de longs jours sous un soleil de plomb, entourées des trésors les plus hétéroclites : des paquets mal ficelés, des couvertures, parfois des cuisinières ou des frigos. Celles-là n'ont à peu près aucune chance d'embarquer, tenues à distance par des soldats armés qui n'hésitent pas à tirer en l'air lorsque la foule se met à gronder.

Pour pénétrer sur la piste et être en position de négocier avec les pilotes une mince chance de passage, il faut payer ceux qui en barrent l'accès, militaires ou policiers qui ont trouvé là le moyen d'arrondir leur maigre solde. D'ailleurs, il faut aussi payer à l'arrivée. Malange est sans doute le seul aéroport du monde où les rares passagers d'un vol intérieur doivent remplir une fiche de débarquement... qui leur est vendue. Si la fiche est mal rédigée, il faudra en remplir une seconde. Et payer une seconde fois.

Une fois près de l'avion, il restera à convaincre l'équipage, déjà sollicité par les officiers qui tentent de faire monter leurs proches en priorité. Samedi dernier, ils étaient une bonne vingtaine, femmes, militaires et blessés, à implorer les pilotes russes qui, aux commandes de leur Antonov, aux couleurs de l'ONU, venaient livrer le riz pour les camps de réfugiés. Ils ont d'abord demandé poliment, parfois avec le russe qu'ils avaient appris lors de leurs études à Moscou, presque gênés de solliciter le « tovaritch » pilote. Puis, petit à petit, la tension est montée. « Vite! Vite! » a crié le copilote à un employé. Les sacs de riz ont volé sur l'asphalte, éventrés. Rapidement, la soute s'est refermée et l'avion a pris son envol, virant aussitôt sur la gauche pour éviter un nid de mitrailleuses placé dans l'axe de la piste. C'est alors que l'officier mécanicien a grommelé : « Voilà le sort qui nous attend en Russie. »

GEORGES MARION



Governo reconquista Caxito

A CIDADE de Caxito, situada a 60 quilómetros de Luanda, foi reconquistada ontem pelas Forças Armadas angolanas, confirmaram fontes próximas do Governo, citadas pela Agência France Presse. Capital da província do Bengo, Caxito tinha sido ocupada pelos guerrilheiros da UNITA em Novembro de 1992. Entretanto, a delegação da UNITA que participou nas conversações de paz de Adis Abeba iniciou, na Costa do Marfim, uma ofensiva diplomática que culminará nos Estados Unidos, depois de passar pela Nigéria, Marrocos e Portugal, disse uma fonte diplomática em Rabat. Os delegados de Jonas Savimbi pretendem apresentar os seus pontos de vista sobre a situação em Angola. ■

PÚBLICO, 23.3.93

Bop's Zaire arms shuttle

RUSSIAN transport planes based at Bophuthatswana's Mmabatho airport are chartered by Armscor to ferry arms to Zaire.

There are fears that these arms may find their way across the Zaire border to Unita forces fighting government troops in Angola.

Armscor spokesman Henry Abdoll yesterday acknowledged that the state-owned armaments company was involved in the sale of arms to African countries, but denied that the Bop-based planes had been used for this purpose.

The Russian planes, all Antonovs, belong to a company called Africa Aeroflot. A spokesman for the firm confirmed that the Antonov spotted at Mmabatho this week had been flying to Zaire, but said it was flying "on purely commercial missions".

PÚBLICO, 26.3.93

“Washington Post” aconselha Clinton

“EUA devem reconhecer o senhor Dos Santos”

O “WASHINGTON POST”, o jornal mais influente dos Estados Unidos, publicou na primeira página da sua edição de ontem um artigo sobre as atrocidades que estão a ser cometidas em Angola e apelou, num editorial, ao reconhecimento, por parte da Administração americana, do Governo de José Eduardo dos Santos.

“A política [americana] deve ser a de reconhecer o sr. Dos Santos e sentar de novo o sr. Savimbi à mesa das negociações”, diz o editorial. No despacho publicado na primeira página, com o título “Angola, duplo reino de terror”, o enviado do “Post” a Luanda relata que tanto as forças governamentais como os guerrilheiros da UNITA estão a cometer atrocidades sobre as populações civis.

Implicitamente, o editorial

responsabiliza, em parte, a “hesitação” da Administração de Bill Clinton em reconhecer José Eduardo dos Santos pela degradação da situação em Angola. “Afim, ele expulsou os cubanos, cortou com o Kremlin, abandonou o marxismo, voltou-se para o Ocidente, criou um sistema multipartidário e conduziu eleições respeitáveis.”

Ao demorar a reconhecer o Governo de Luanda, Washington levará Savimbi “a pensar que pode continuar a desafiar o processo democrático. E encoraja as tensões étnicas: os perdedores de eleições no Terceiro Mundo jogam invariavelmente a cartada tribal”.

O atraso americano, adianta o “Washington Post”, pode ainda sugerir que se está a ignorar pro-

positadamente um resultado eleitoral, justo mas desapontador, o que seria um precedente perigoso para outros países da região, como Moçambique ou a África do Sul.

Além do editorial, o “Post” publicou um artigo do seu enviado a Luanda, Paul Taylor, onde este denuncia que os “assassínios de funcionários humanitários são apenas uma pequena parte do reino de terror, completado com uma visão africana de limpeza étnica infligida sobre populações civis por ambos os lados, MPLA e UNITA”.

“A guerra civil permite o paralelismo com dois outros conflitos que têm atraído muito mais a atenção mundial: a Somália e a Bósnia-Herzegovina.”

Num texto rico em pormeno-

res, Taylor recorda que dez mil pessoas terão morrido só na batalha do Huambo, uma cidade que tinha 400 mil habitantes e cuja população agora se desconhece. Conta que, no passado fim-de-semana, a caravana do Programa Alimentar Mundial encontrou um grupo de 7000 refugiados do Huambo que tinham andado durante mais de 200 quilómetros até Caimbambo. O grupo era constituído sobretudo por mulheres e crianças. Estas testemunharam que tinham sido perseguidas a tiro pelas ruas por soldados da UNITA e relataram as atrocidades a que assistiram: crianças com as mãos cortadas, doentes sumariamente executados nos hospitais... ■

Paulo Moura,
em Washington

Governo reconquista N'Dalatando

PÚBLICO, 24.3.93

Do novo enviado
António Matos
em Benguela

Depois do Soyo e Caxito, as tropas governamentais angolanas reconquistaram ontem N'Dalatando. Diplomatas em Luanda acreditam que a reacção da UNITA, a partir do Planalto Central, será musculada. Uma delegação da CE responsabiliza Savimbi pelo sofrimento do povo angolano.

Aparente facilidade com que o Governo recuperou, em pouco mais de oito dias, a região petrolífera do Soyo e a cidade do Caxito [N'Dalatando, segundo a agência France Presse, terá caído ontem à tarde em poder das forças governamentais] permite pensar que as tropas do Governo estão mais fortes e as da UNITA mais fracas, nomeadamente no Norte do território. Mas a opção de Jonas Savimbi de concentrar as suas tropas no Planalto Central, investindo tudo no controlo do Huambo, e partindo daí para novas ofensivas, é uma leitura aceite em círculos diplomáticos da capital angolana.

Depois de cinco meses às

portas de Luanda — Caxito, capital da província do Bengo, situa-se a cerca de 60 quilómetros a norte desta cidade —, as tropas da oposição armada angolana resistiram a menos de uma semana de combates. [O anúncio oficial da tomada de N'Dalatando, capital da província de Cuanza Norte, ocupada pela UNITA em Novembro, era aguardado ontem à tarde, segundo a AFP]

Quando, nos primeiros dias de Novembro de 1992, no rescaldo da batalha de Luanda, a UNITA tomou o Caxito e provocou o êxodo de mais de 20 mil pessoas em direcção à capital, talvez os seus comandos militares não contassem com uma tão longa permanência. A partida, o eixo Luanda-Caxito, serviria sobretudo, como veio a acontecer, para evacuar da capital os dirigentes e militares do movimento rebelde que se puseram em fuga após os sangrentos confrontos de 31 de Outubro, 1 e 2 de Novembro do ano passado.

Mais de dez mil dos refugiados da província do Bengo ficariam acampados em pouco mais de 12 tendas no norte de Luanda, em condições desumanas que nos últimos dois meses provocaram, em média, a morte de três pessoas por dia.

Do Caxito terão partido os comandos da UNITA que em 23 de Janeiro sabotaram a estação de captação e tratamento de água que durante três semanas deixou de cor-

rer nas torneiras de Luanda. A ofensiva governamental contra aquela cidade, como agora foi reconhecido, foi sendo atrasada para evitar a destruição da barragem das Mambas, situada próxima do Caxito, onde é gerada a energia eléctrica que abastece esta cidade e uma parte da capital. Este complexo hidroeléctrico seria preservado na retirada da UNITA.

Preservados foram também os poços de petróleo e, de um modo geral, as instalações dos campos petrolíferos do Soyo, na província do Zaire. As tropas da UNITA mantêm, entretanto, o controlo da capital da província, Mbanza-Congo. Outras importantes cidades do norte, ainda ocupadas pelo movimento rebelde são Uíje (sede da província do mesmo nome), Negaje (ainda nesta província, dotada de uma base aérea de grande operacionalidade).

De acordo com fontes militares, a ofensiva governamental para desalojar o movimento rebelde estender-se-á nos próximos dias àquelas cidades.

A UNITA, cujo exército, em homens e meios, é dificilmente quantificável, dá mostras de não possuir forças vocacionadas para a ocupação das localidades que controla. A excepção é a cidade do Huambo, praça forte do movimento rebelde, onde a UNITA empenhou, segundo estimativas governamentais com mais de 15 mil homens. Se-

gundo a Vorgan, emissora da oposição armada que emite a partir da Jamba, Savimbi nomeou segunda-feira um governador da UNITA para a província, facto inédito depois de 1975.

A aposta do Huambo

A concentração do maior número de homens possível é, entretanto, a explicação mais ouvida em círculos diplomáticos da capital angolana para a retirada, sem grande resistência, dos efectivos da UNITA que se encontram no norte. O objectivo de Savimbi será defender o Huambo contra uma possível ofensiva governamental e, a partir daí, para a conquista do Cuíto (capital e único município da província do Bié, que os rebeldes não controlam).

As dúvidas são agora, portanto, sobre a estratégia que Savimbi adoptará. Alguns observadores acreditam que a reacção será musculada e a partir do Planalto Central onde poderá reagrupar as suas forças. Mas à medida que a guerra continua, aumentam também as críticas internacionais contra Jonas Savimbi. Ontem, em Luanda, aonde se deslocou para se informar sobre o funcionamento do Parlamento angolano, o chefe da missão da delegação da CE, Francis Wurtz, responsabilizou o líder da UNITA “do enorme sacrifício imposto ao povo angolano”. ■

Clinton valoriza papel de Portugal na crise angolana

PÚBLICO, 26.3.93

EUA tentam convencer UNITA

Os Estados Unidos iniciaram ontem a missão de bons ofícios para fazer regressar a UNITA à via negocial. Para os americanos, não está na mesa nenhum novo plano negocial. Mas Jorge Valentim, o embaixador de Savimbi, diz ser portador de "propostas concretas e imaginativas".

Uma missão norte-americana, dirigida pelo subsecretário

adjunto Jeffrey Davidow, deslocou-se ontem a Abidjan para se encontrar com uma delegação da UNITA, numa tentativa de fazer regressar o movimento de Savimbi às negociações de paz. A capital da Costa do Marfim foi também escolhida pela oposição armada angolana como ponto de partida para uma ofensiva diplomática que a seguir se estenderá à Nigéria, Marrocos, Portugal e Estados Unidos.

Contactado telefonicamente pela agência Lusa, o chefe da missão norte-americana, Jeffrey Davidow, disse não ser portador de qualquer plano de paz para o conflito angolano, reafirmando apenas que a sua solução passa pelo cumprimento e respeito pelos acordos de Bicesse. O papel de Washington, segundo o subsecretário

de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos é convencer a UNITA a sentar-se à mesa das negociações.

O general Eugénio Manuvakola, que integra a missão da UNITA, confirmou à Lusa que a deslocação iniciada na capital da Costa do Marfim se destina a informar os governos, os observadores internacionais [do processo de paz] e as organizações humanitárias das propostas de cessar-fogo e de paz do seu partido. Jorge Valentim, responsável pela Informação, que chefia a delegação da UNITA, disse terça-feira ser portador de "propostas concretas e imaginativas".

Entrevistado pelo PÚBLICO na semana passada, o representante da UNITA em Nova Iorque disse que o conjunto de propostas passa pela dissolução imediata do actual Governo e criação de um gabinete "de transição de unidade nacional" em que o partido detenha algumas pastas como Defesa, Finanças ou Negócios Estrangeiros.

Marcos Samondo disse também que outros pontos deverão ser discutidos como o cessar-fogo, o problema da polícia Anti-Motim, a proibição de importação de material militar e o papel das Nações Unidas no processo de paz angolano. Neste caso, a ONU deveria reforçar o seu contingente no país e garantir o cumprimento, por ambas as partes, dos acordos estabelecidos, e assegurar ainda a justiça das eleições. Mas tudo sem a representante especial do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee...

O Presidente dos Estados Unidos dirigiu entretanto uma carta ao primeiro-ministro Cavaco Silva na qual valoriza o papel de Portugal em questões de segurança e regionais e onde o conflito angolano é objecto de menção especial. "Procuo fortalecer a nossa estreita cooperação relativamente a estes problemas e aos que teremos de enfrentar e estou convencido de que, através dos nossos esforços combinados, poderemos avançar nos objectivos que temos em comum", sublinha Bill Clinton.

Luta alastra

O encontro entre as delegações norte-americana e da oposição armada angolana coincidiram

com o recrudescimento dos combates nas províncias do Zaire, no norte, e do Bié, no centro, entre forças governamentais e da guerrilha, segundo fontes militares em Luanda.

A reconquista de Mbanza Congo, onde os ocupantes resistem tenazmente, é importante sob o ponto de vista estratégico: possibilitaria às tropas governamentais avançar em direcção a Negage, na província vizinha de Uíge, onde a UNITA detém o melhor aeroporto militar do país. Uma pequena localidade, Tomboco, na província do Zaire, foi entretanto ocupada por forças do Governo.

Também no Bié os confrontos cresceram de intensidade, de acordo com informações militares em Luanda e da UNITA, veiculadas pela Vorgan, a emissora rebelde, e na província do Cuanza Norte. Mas aqui a reconquista de N'Dalatando pelas tropas governamentais, admitida há quatro dias por fontes citadas pela AFP no âmbito da ofensiva que decorre, ainda não foi confirmada por Luanda.

Forças do Governo retomaram há dez dias a cidade petrolífera do Soyo, ocupada pela UNITA desde Janeiro, e pouco depois Caxito, na província do Bengo, que os guerrilheiros detinham desde Novembro.

O afluxo de refugiados a Caibambo, província de Benguela, que chegam diariamente às centenas, fugidos de Huambo, está a causar grandes preocupações aos responsáveis do Programa Alimentar Mundial (PAM). Estimativas desta organização humanitária internacional apontam para mais de 36 mil os refugiados

Segundo a mesma fonte, as 300 toneladas de alimentos transportadas para Caibambo, povoação situada entre Benguela e o Cubal, são insuficientes e não deverão chegar para mais de dias. Uma fonte da PAM citada pela agência Lusa considerou as suas condições de vida como "degradantes". O hospital local está superlotado e todos os dias ocorrem óbitos por falta de assistência médica elementar.

As condições em que decorrem as operações de auxílio não podiam também ser piores: os 140 quilómetros de estrada que separam Benguela de Caibambo estão minados e a possibilidade de ataques da UNITA à coluna de dez camiões de auxílio que os percorrem chegou a ser admitida pela escolta governamental. ■

Benguela O drama dos refugiados

PÚBLICO, 25.3.93

CENTENAS de pessoas morreram ao tentar fugir de Huambo, a segunda cidade de Angola ocupada pela UNITA nos primeiros dias de Março, e mais de seis mil que conseguiram escapar erram agora no mato, noticiou ontem o "Jornal de Angola".

Centenas de cadáveres de habitantes de Huambo, segundo o diário angolano, mortos de fome e de sede durante a sua longa marcha para tentarem chegar a Benguela, ficaram na floresta.

Refugiados que conseguiram sobreviver disseram que a cidade, agora um monte de ruínas e praticamente desabitada, continua inacessível às organizações humanitárias.

Pelo menos 13 mil pessoas conseguiram chegar a Caibambo, na província de Benguela, onde as autoridades lançaram um apelo às instituições humanitárias internacionais. No fim de semana, o Programa Alimentar Mundial e os Médicos Sem Fronteiras conseguiram fazer chegar 300 toneladas de víveres e medicamentos à cidade mas as autoridades pensam que a ajuda é insuficiente.

Em Benguela e Lobito, os hospitais estão saturados e incapacitados de auxiliar os refugiados que chegam diariamente às centenas. Na capital da província, centenas de doentes esperam cuidados há vários dias e

dormem nos corredores dos hospitais.

Um porta-voz da Missão das Nações Unidas para Angola (UNAVEM II) disse entretanto, em Luanda, que a organização não tem conhecimento da realização, para breve, de um encontro entre delegações do Governo e da UNITA em Abidjan, Costa do Marfim.

A mesma fonte disse que a representante especial do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, tem insistentemente tentado contactar com a UNITA, mas sem resultado pois o telefone-satélite da organização de Jonas Savimbi tem estado desligado.

Rumores sobre um possível encontro entre missões do Governo e da oposição armada começaram a circular, ontem de manhã, em Luanda, em círculos diplomáticos, mas aquele porta-voz foi peremptório: "Qualquer encontro que se realize terá sempre de ser marcado pelas Nações Unidas."

Em Luanda, por outro lado, o general Peregrino Isidro Wambu Chindondo, antigo chefe dos serviços de Informação militares da UNITA e actualmente membro das Forças Armadas Angolanas, está detido por alegado envolvimento com "um bando de malfeitores", segundo disse ontem, à agência Lusa, uma fonte militar.

Wambu e um número indeterminado de pessoas, aparentemente nenhuma relacionada com as estruturas da UNITA, foram presas na semana passada, mas ignora-se quer as acusações de que são alvo quer o seu paradeiro. ■

A UNITA procura reforçar-se no Centro e Sueste de Angola

Combates no Kuíto e no Menongue

António Matos
em Luanda

Governo e UNITA

combatem agora

no Kuíto e no Menongue.

É a ofensiva dos rebeldes

angolanos no Centro

e Sul do território, depois

das derrotas no Soyo,

Caxito e N'Dalatando.

Caso vença aquelas duas

batalhas, admite-se

em círculos militares

que Benguela seja

a próxima tentativa

de Savimbi.

O Chefe do Estado-Maior das tropas governamentais admitiu ontem que a guerra em Angola poderá tomar nos próximos dias "proporções alarmantes", nomeadamente no Planalto Central e na província do Cuando Cubango, onde a UNITA diz ter ascendente militar.

O general João de Matos falava numa visita à vila do Dondo, onde estão concentrados mais de dez mil refugiados das províncias do Kuanza Norte,

Kuanza Sul e Malange, negando que as cidades do Kuíto (Bié) e do Menongue (Quando Cubango) tivessem caído sob o controlo da oposição armada.

Durante a noite de quinta-feira e todo o dia de ontem, a UNITA anunciara através da sua rádio (Vorgan) a conquista daquelas duas capitais de província. Embora o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas o tivesse desmentido, admitiu que em ambas as cidades se travam violentos confrontos, que permitem antever que "a guerra vai tomar proporções alarmantes" nos próximos dias.

A ofensiva da UNITA contra o Kuíto (única cidade da província do Bié que o Governo ainda controlava) e o Menongue (capital da província onde se situa a Jamba, velho quartel-general de Savimbi) seguiu-se à reconquista pelas forças governamentais do Soyo, do Caxito e, virtualmente, de N'Dalatando — cidades do Norte do país.

Na altura, fontes diplomáticas em Luanda admitiam que a aparente facilidade com que o Governo retomava o controlo de importantes cidades no Norte poderia estar relacionada com a concentração das tropas da UNITA no Planalto Central (ver PÚBLICO de 24-3-93). Verificou-se, de facto, a dupla ofensiva da oposição armada a partir do Huambo. Que se seguirá agora?

Em círculos militares admi-

te-se que Savimbi, caso tenha vencido ou venha a vencer as batalhas do Kuíto e do Menongue, não resistirá à tentação de lançar uma ofensiva contra Benguela. Seria, talvez, o maior desafio jamais enfrentado pelo Exército rebelde angolano, já que as forças governamentais instalaram no eixo Benguela-Lobito o seu comando operacional e concentraram na província numerosos efectivos.

Mas a tentação de Savimbi é tanto maior quanto a necessidade de uma saída para o mar. Para além disso, estar na posse de Bié, Huambo e Benguela seria criar uma zona-tampão para a progressão das tropas governamentais.

A questão humanitária

Com os crescentes sinais de que a guerra se prolongará indefinidamente, tanto o Governo como o movimento de Jonas Savimbi apelam agora à ajuda humanitária. Responsáveis do Programa Alimentar Mundial (PAM) ouvidos pelo PÚBLICO em Luanda hesitam, porém, no envio dessa ajuda, receando que seja canalizada para as tropas e não para as populações mais necessitadas.

As pessoas afectadas pela guerra em Angola ultrapassam já dois milhões e a maior parte encontra-se ainda em áreas onde a ajuda humanitária não pode chegar. Segundo esti-

mativas oficiais, os refugiados angolanos vão precisar de mais de 260 mil toneladas de alimentos até ao fim deste ano.

Do Planalto Central chegam os sinais mais alarmantes: quer a UNITA, que controla desde o dia 6 deste mês a cidade do Huambo, quer o Governo, cujas forças militares estão cercadas no Kuíto, advertem as organizações humanitárias para a urgência de ajuda alimentar e sanitária àquelas populações.

O Governo diz que os habitantes do Kuíto, capital do Bié, estão cercados pelas tropas de Jonas Savimbi. E a porta-voz do PAM, Mercedes Sayagues, assegura que tão depressa haja condições de segurança para o fazer, esta agência das Nações Unidas enviará aviões com mantimentos para aquela cidade. Os responsáveis governamentais sugeriram a distribuição por pára-quedas, mas o exemplo recente da Jugoslávia faz recear que os alimentos venham a ser capturados pelos exércitos.

O mesmo receio está na origem do adiamento do envio de ajuda alimentar directa à cidade do Huambo. "Neste momento estamos a acudir às populações que fugiram de lá e que já são mais de 50 mil. Ir ao Huambo não está nos nossos planos mais próximos" — disse ao PÚBLICO um representante do PAM em Angola. ■

Savimbi quer partilhar o poder

PÚBLICO, 27.3.93

A UNITA apresentou ontem aos Estados Unidos, em Abidjan, uma proposta em oito pontos que prevê uma partilha do poder com o MPLA — disse à Voz da América o responsável daquele partido pelas questões da Informação, Jorge Valentim.

Representantes do Governo angolano encontram-se naquela cidade da Costa do Marfim, onde uma delegação da UNITA foi conferenciar com o subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, mas não se cre que ainda este fim-de-semana possam ser dados passos muito significativos na marcação de um encontro entre Jonas Savimbi e o Presidente José Eduardo dos Santos.

O representante de Washington pediu esclarecimentos sobre alguns dos oito pontos da proposta da UNITA e disse à Voz da

América que nem todos eles seriam aceitáveis, pelo que as conversações irão provavelmente prosseguir nos próximos dias.

"A UNITA pretende que todas as províncias tenham uma palavra a dizer na administração do poder, e não apenas os ricos de Luanda" — pormenorizou Valentim, dando assim a entender que o grupo de Savimbi deseja uma forte descentralização.

Em Luanda, o "Jornal de Angola", oficioso, disse que a missão governamental enviada ao país de Félix Houphouët-Boigny fora encarregada de estudar as condições para um eventual regresso às negociações com a UNITA, que não aceitou facilmente a sua derrota nas eleições do fim de Setembro do ano passado.

A última vez que se sentaram frente a frente os dois lados do conflito angolano foi no fim de Janeiro, em Adis Abeba, capital

etíope, mas delegados do Governo e do grupo de Savimbi não chegaram a qualquer acordo. E daí a um mês a ONU ainda tentou nova reunião no mesmo local, mas a UNITA não compareceu.

Numerosos esforços diplomáticos, por parte das Nações Unidas, de Portugal, da Rússia e de outros países, têm vindo a ser desenrolados ao longo de Março, mas as maiores esperanças encontram-se depositadas nos Estados Unidos, pois muitos observadores creem que só Washington terá peso suficiente para eventualmente forçar as duas partes ao diálogo.

Os representantes do Governo angolano que apareceram esta semana em Abidjan não foram convidados pelos norte-americanos, mas desejaram estar presentes a fim de acompanhar de perto o decurso do diálogo entre Davidow e os homens

de Savimbi.

"Não creio que o Governo angolano tenha a intenção de encontrar aqui elementos da UNITA. Não é esse o objectivo da nossa presença aqui" — esclareceu ontem Davidow à emissora portuguesa TSF, pondo assim travão a falsas expectativas de que os irmãos desavindos estivessem prestes a reconciliar-se por estes dias mais próximos.

Perto, mas não juntos

Da delegação da UNITA fazem designadamente parte o secretário-geral, Eugénio Manuvakola, o secretário para a Informação, Jorge Valentim, e o general Paulo Gato. E na parte

Continua
na pág. 7

UNITA quer negociar em 15 de Abril

PÚBLICO, 28.3.93

A UNITA disse ontem às agências noticiosas Lusa e France Presse que está disposta a reatar a 15 de Abril as negociações de paz com o Governo angolano, de modo a "ampliar os acordos de Bicesse", que terão de ser adaptados aos acontecimentos verificados nos últimos seis meses.

O partido de Jonas Savimbi propõe entre outros pontos para a agenda das conversações a reconciliação nacional, a reconstituição da equipa de medianeiros, o estatuto dos candidatos à segunda volta das eleições presidenciais e a ajuda humanitária de urgência.

Quanto ao primeiro, preconiza uma discussão centrada num Governo Provisório ou de Transição e numa larga descentralização administrativa, bem como garantias de segurança para pessoas e bens em todo o território de Angola e liberdade de imprensa.

As propostas da UNITA para uma nova ronda negociada, depois dos falhanços do princípio do ano em Adis Abeba, incluem ainda a libertação de todos os presos, o cessar-fogo e a devolução dos seus bens móveis e imóveis que porventura tenham passado à posse do Estado.

Esta sugestão de um encontro com o Governo a 15 de Abril, em local a designar, surge numa altura em que o principal partido da oposição angolana está na Costa do Marfim a conferenciar com o subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow. E a Reuter adiantou, com base em fonte dos Estados Unidos, que a UNITA desejaria um Governo Provisório válido por dois anos. ■

DELEGAÇÃO DA UNITA VOLTA A ANGOLA — A delegação da UNITA que esteve nos últimos dias na Costa do Marfim a conferenciar com os Estados Unidos vai regressar ao Huambo, sem se deslocar a Lisboa nem a outras capitais — disse ontem à noite à agência Lusa o secretário-geral daquele partido, Eugénio Manuvakola. Há que voltar ao interior do país e "trabalhar mais um pouco" nas propostas que haviam sido entregues a Washington para o recomeço do diálogo com o Governo angolano — acrescentou Manuvakola, que em Abidjã tem sido acompanhado pelo secretário para as questões de Informação, Jorge Valentim, e pelo general Paulo Gato. Em princípio, o grupo era para visitar a Nigéria, Marrocos, Portugal e a América do Norte, mas aparentemente prefere agora consultar o líder do seu partido, Jonas Savimbi, aquartelado no Huambo. Entretanto, na Costa do Marfim, o subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, também já conferenciou com enviados de Luanda, os quais não parecem muito receptivos às últimas propostas da oposição armada.

PÚBLICO, 29.3.93

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA ANGOLA — Portugal está a preparar um plano de emergência para Angola. O programa, orçado em cerca de 60 mil contos, consiste no envio de tendas, cobertores, talheres e outros utensílios, destinados aos refugiados, e na instalação de dez "kits OMS", uma espécie de mini-hospitais de campanha. Cada um destes "kits" contém material suficiente para o atendimento de emergência a cerca de mil pessoas, o que significa que o programa permitirá suprir as mais urgentes necessidades de saúde de dez mil pessoas. A Direcção-Geral da Cooperação está neste momento empenhada na sensibilização de entidades privadas que poderão aderir ao plano, cujo arranque deverá ocorrer brevemente. A Cruz Vermelha e a AMI também estão a ultimarem preparativos para acções de carácter humanitário em Angola.

PÚBLICO, 27.3.93

Continuação da pág. 6

Savimbi quer partilhar o poder

governamental angolana presente na mesma cidade de Abidjã integram-se o general Higino Carneiro e o antigo ministro Faustino Muteka, que já haviam sido os homens de Luanda em Adis Abeba.

Aos primeiros contactos de Davidow com a UNITA esteve presente, quinta-feira, o ministro marfinense dos Negócios Estrangeiros, Amara Essy. E na véspera à noite o Presidente Félix Houphouët-Boigny já recebera em audiência os enviados do seu velho protegido Jonas Malheiro Savimbi.

Entretanto, a Luanda chegou ontem um enviado especial

do Presidente do Senegal e da OUA, Abdou Diouf, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Djibo Ka, também ele encarregado de tentar uma aproximação entre as duas partes em litígio, num conflito que chega a aparecer interminável.

Enquanto isto, os dirigentes dos países da Linha da Frente — Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue — fizeram saber que se reúnem em Harare nos dias 1 e 2 de Abril, a fim de analisarem a situação angolana, a mais perturbada das que nos últimos seis meses se tem vivido em toda a África Austral. ■

Governo angolano ignora UNITA

PÚBLICO, 29.3.93

O GOVERNO angolano ignorou oficialmente a proposta sábado avançada pela UNITA, para que as duas partes se voltassem a encontrar no dia 15 de Abril. Mas algumas fontes do MPLA consideraram-na apenas uma forma de procurar responder às preocupações das Nações Unidas, no sentido de novos passos para o diálogo serem dados antes do fim de Março.

Numa cidade de Luanda onde a censura prévia sobre as informações militares foi imposta aos órgãos angolanos de comunicação social, pontos como a criação de um Governo de Transição válido por cerca de dois anos foram criticados por partidários do regime.

Segundo fontes do MPLA, a UNITA não quer reconhecer a validade das eleições legislativas e presidenciais de 29 e 30 de Setembro; e por isso é que vem agora com novas sugestões, em vez de começar logo pelo cessar-fogo que seria essencial estabelecer antes de se retomar o diálogo.

No entanto, o representante de Savimbi na Costa do Marfim, John Kakumba, insistiu ontem em que as negociações com o regime de José Eduardo dos Santos serão retomadas dentro de duas semanas, conforme entendimento a que o seu partido teria chegado com o subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow. Acrescentando que o cessar-fogo poderá ser decretado quando as conversações recomeçarem, num local a definir pelo secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali.

O Governo angolano continua a defender a validade dos acordos que em 1991 foram estabelecidos em Portugal, enquanto o grupo de Savimbi pretende "ampliá-los" e reformular a mediação, porventura afastando do processo alguns dos diplomatas europeus que nele até agora têm participado.

As autoridades pretendem em primeiro-lugar o cessar-fogo, numa altura em que a UNITA continua entrincheirada no Huambo e no Cubal e o Kuíto se encontra por ela sitiado, como ontem mesmo reconhecia o "Jornal de Angola", que só pode publicar notícias deste teor depois de examinadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas.

Para hoje está previsto o início de uma ponte aérea entre Luanda e o Huambo, a fim de as Nações Unidas e a Cruz Vermelha Internacional canalizarem auxílio para as populações civis da grande cidade devastada.

Quanto ao evoluir da situação militar nas últimas 48 horas, quase nada se sabe, apesar de a rádio da UNITA insistir em que se continua a combater ferozmente no Soyo, onde nos últimos dias teriam sido abatidos 153 soldados governamentais e cinco mercenários brancos.

Em Luanda, o Governo revalorizou sexta-feira a moeda nacional, tendo a cotação do dólar baixado de 7.000 para 4.000 kwanzas, mas foi anunciado um orçamento verdadeiramente de guerra sobre o qual o Parlamento se deverá pronunciar dentro de dias. E a agência France Presse comentou que ficou em suspenso a transição para uma economia de mercado. ■

Surpresa em Abidjan

PÚBLICO, 26.3.93

OS CHEFES da delegação do Governo de Luanda às conversações de Adis Abeba, Faustino Muteka e Higino Carneiro, chegaram de surpresa a Abidjan, Costa do Marfim, onde delegações dos Estados Unidos e da UNITA iniciaram ontem conversações sobre a situação político-militar em Angola. Segundo fontes diplomáticas em Luanda, citadas pela Lusa, o Governo angolano decidiu aceitar o convite de Washington num "gesto de boa vontade" para encontrar uma solução pacífica. Segundo as mesmas fontes, a delegação governamental, para além de conversações com a norte-americana, não tem previsto nenhum encontro com a UNITA, "mas ele pode

acontecer". O general Paulo Gato, chefe da delegação da UNITA, também contactado pela Lusa, disse ter sido informado pelo Presidente Houphouët-Boigny da presença dos negociadores do Governo angolano. Quanto ao encontro que manteve, à tarde, com a delegação norte-americana, chefiada por Jeffrey Davidow, o general Gato apenas comentou que ele foi "bastante construtivo e de bastante reflexão", mas que ainda era cedo para falar de resultados. Sobre os acordos de paz de Bicesse, recusou dizer que o documento assinado em Maio de 1991 ainda faz ou não sentido, afirmando no entanto que "é preciso actualizá-lo". (Ver pág. 14). ■

Relato da reconquista do Caxito

PÚBLICO, 27.3.93

Gustavo Costa
enviado ao CAXITO

DOIS blindados que protegem a ponte sobre o rio Bengo, na localidade de Panguila, a cerca de 25 quilómetros do Caxito, simbolizam a amplitude da ofensiva das Forças Armadas de Angola (FAA) sobre o Norte do país, estando iminente a tomada da cidade de N'Dalantando (ex-Salazar) pelas forças governamentais. Por entre palmeiras e bananeiras solitárias que ladeiam a estrada que liga Cacucaco à capital do Bengo, o percurso é marcado por uma quase completa ausência de vida humana. Apenas se vêem pequenos grupos isolados de velhos e crianças que transportam à cabeça os seus parcos haveres, pedindo boleia, em sentido contrário, para Luanda.

Apesar de a situação estar inteiramente controlada pelas FAA, os habitantes do Caxito e arredores continuam a abandonar a região com destino à capital. As suas preocupações repartem-se entre o desejo de reencontrar familiares, de que se separaram nos últimos cinco meses de ocupação da província pela UNITA, e a necessidade de o Governo criar condições de segurança e estabilidade.

«A população ainda receia que a UNITA volte a ocupar o Caxito, e a existência de alguns homens de Jonas Savimbi nas matas não a deixa sossegar», diz ao EXPRESSO um oficial do exército governamental que se prepara para integrar o posto avançado das FAA, presentemente empenhadas em cercar os rebeldes na zona do Ucre, cerca de 60 quilómetros a norte do Caxito na direcção de Uffe.

Minúsculos controlos militares, situados nas bermas de uma estrada ferida pelo escalar dos tanques, fazem-nos recuar 16 anos, quando, por aquele mesmo itinerário, as tropas da FNLA e do exército zairense abandonavam Angola em direcção à fronteira Norte.

Uma semana depois de terem recuperado Caxito, as tropas do Governo procedem agora a uma «operação de limpeza» com o fim de neutralizar os últimos focos de tensão alimentados por elementos da UNITA que se refugiaram nas matas.

De um lado e do outro da estrada, o silêncio invade as aldeias esventradas pela guerra. A oito quilómetros da vila do Caxito, o acesso a esta localidade esbarra com um ligeiro desvio — a travessia do rio

Dande num bote militar. É enorme a azáfama entre os militares que fazem o transporte por esta via de pequenas quantidades de obuses para apoiar o posto avançado das FAA, mais a norte.

Voluntários de palmo e meio

Bravo da Rosa, um jovem de 20 anos, não esconde a sua preocupação: «Depois de termos expulso a UNITA, espero que o Governo cumpra a promessa de pagamento da nossa acção».

Uns falam em dois milhões de kwanzas (cerca de 30 mil escudos), enquanto outros preferem aguardar pela neutralização dos rebeldes em todo o Norte do país para descerem para o sul e só então, uma vez concluída a missão, apresentarem as suas reivindicações.

«É um novo tipo de profissionalização a que o Governo recorre para fazer face à guerra, perante o desmantelamento das antigas estruturas das FAPLA e a desmobilização dos seus efectivos», explica um militar ex-comando do exército português.

Diffícil de explicar é, no entanto, o recurso a jovens que estão longe de possuir idade para abraçar a vida militar. Um enxame de rapazes com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos faz hoje parte dos efectivos governamentais estacionados na zona do Caxito. «São voluntários», justifica o

tenente Abreu Chicola.

Na outra margem do rio, casas de pau esfaceladas pelo fogo de artilharia dão guarida a alguns velhos e crianças que ali permaneceram durante os cinco meses de ocupação do Caxito pela UNITA. Expostos ao sol, à chuva e à fome, assumem-se como os flagelados sobreviventes da tragédia do Caxito.

«Com a nossa idade e sem meios, não tínhamos possibilidades de fugir para Luanda», diz Anastácio José, de 64 anos, que apenas deseja rever os filhos e netos, que fugiram para a capital. «O sofrimento foi muito porque não tínhamos o que comer e os homens da UNITA queriam fazer vingança por termos votado no MPLA e forçavam-nos a ir aos comícios deles», acrescenta Albertina Maria em kimbundu (língua da região de Luanda, Malange e Kuanza-Norte), que desconhece o paradeiro do marido.

Destruição total

Um Toyota, cuidadosamente camuflado enquanto a UNITA ocupou a vila, é hoje a única viatura civil a circular no Caxito, no meio de um «cemitério» de automóveis carbonizados.

As paredes da agência local do Banco Nacional de Angola estão muito danificadas por impactos de obuses e no interior do edifício não ficou por achar uma única moeda. Com casas abandonadas, infra-estruturas destruídas e as pessoas ainda recolhidas nos seus esconderijos,

Caxito é a desolação total. Sem água nem energia eléctrica e com uma arrepiante carência de bens alimentares, a vida nesta localidade resume-se à grande movimentação de militares governamentais, que patrulham as principais zonas de acesso à cidade.

«Temos de estar atentos porque os 'kuachas' (soldados da UNITA) que conseguiram escapar para as matas poderão a qualquer momento fazer emboscadas», explica Isidoro Matias, um ex-militar das FAPLA recentemente reenquadrado nas tropas do Governo.

Dos escassos prisioneiros pouco se fala. «As circunstâncias da guerra nem sempre nos permitem fazer muitos prisioneiros», afirma Clementino António, um dos «chefes» da operação de transporte manual de obuses russos de uma margem para a outra do rio Dande. «O Norte é agora o nosso grande objectivo», acrescenta. Clementino aponta, a 100 metros de distância, o local onde está a ser preparada a operação de montagem de uma ponte metálica, que substituirá a que foi destruída pela UNITA, que deverá estar concluída dentro de 15 dias.

Para trás fica um prejuízo calculado em 10 milhões de dólares em resultado da destruição das turbinas e de todo o equipamento da subestação da barragem das Mabubas, financiado por uma linha de crédito portuguesa. Sabe-se o que ficou para trás. E para a frente?....

NEWSWEEK, 5.4.93

Switching Sides in Angola

Is the Clinton administration giving up on Savimbi?

Until now, Jonas Savimbi could generally count on his friends in Washington. Four consecutive American administrations supported the rebel National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) during the 16-year civil war against the Soviet-backed MPLA (Popular Movement for the Liberation of Angola) that left at least 300,000 Angolans dead and more than a million homeless. Late last week the Clinton administration turned the tables on Savimbi. Meeting in the Ivory Coast capital, Abidjan, State Department officials bluntly told Savimbi's representatives to stop fighting and to renew peace negotiations with President Jose Eduardo dos Santos, whose MPLA beat UNITA in free, multiparty elections last September. If Savimbi refuses, Secretary of State War-

ren Christopher hinted in a letter, Washington would establish full diplomatic relations with the dos Santos government and lift an arms embargo against it. "Time is running out for excuses," says a U.S. official in Luanda. "Even people who have been really tolerant with UNITA are starting to lose their patience."

Washington's distaste for Savimbi has been mounting since last September, when he refused to accept his electoral defeat—and then staged a series of raids against MPLA government forces that shattered a tenuous, U.N.-supervised cease-fire. At least 20,000 civilians have been killed full-scale fighting resumed last November.

Continua
na pág. 9

Seis engenhos construídos até 1989 mas "já destruídos"

Pretória fabricou armas nucleares

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, afirmou ontem de surpresa no Parlamento que o seu país fabricou, até 1989, seis bombas nucleares, mas já as desmantelou desde então.

"Nunca houve a intenção de utilizar os engenhos e desde o início o propósito era dissuasor", afirmou De Klerk, notando que o desenvolvimento das armas se fez durante a Presidência do seu antecessor, Pieter Botha.

"Gostaria de confirmar inequivocamente que a África do Sul está a respeitar estritamente as exigências do Tratado de Não Proliferação Nuclear [NTP, que assinou em Julho de 1991] e continuará a fazê-lo", disse o Presidente.

Os engenhos foram fabricados a partir de 1974, mas, logo que assumiu funções, em 1989, F. W. de Klerk afirmou ter ordenado o seu desmantelamento, garantindo que ele aconteceu em 1990.

Antes da adesão ao NPT, em 1991, os serviços de espionagem norte-americanos calculavam que a África do Sul tivesse construído um arsenal nuclear de entre seis a dez engenhos durante as décadas de 70 e 80. Os cálculos estavam, portanto, certos.

Até ontem, os sul-africanos nunca tinham oficialmente reconhecido sequer a existência de um programa de desenvolvimento de armas nucleares e muito menos discutido os seus motivos para construir um tal arsenal.

De Klerk falou em dissuasão, mas funcionários norte-americanos com acesso a relatórios secretos, citados recentemente pelo "The Washington Post", afirmaram que muitos analistas creem que as armas se destinavam a ser disparadas por peças de artilharia se eclodisse um conflito militar de envergadura com um país vizinho.

Uma destas fontes explicou que "a maior preocupação é a quantidade de material cindível que produziram". Há analistas que acreditam — acres-

centou o funcionário citado pelo "Post" — que os sul-africanos "apenas declararam uma porção" do material em documentos entregues à Agência Internacional de Energia Atómica. O restante poderia ter sido escondido ou, de acordo com uma teoria mais especulativa, talvez exportado para Israel, que muitos analistas suspeitam ter uma longa história de colaboração com os sul-africanos no campo nuclear.

O problema com o armamento nuclear sul-africano é carregado de significado político. O Congresso Nacional Africano, que deverá liderar o governo do país dentro de um ano, quer que qualquer decisão sobre o assunto passe por ele. Parece que a minoria branca

estaria a negociar com os Estados Unidos a venda de todo ou parte do arsenal nuclear, antes da chegada de um governo de maioria negra.

O ANC já disse que obedecerá estritamente ao Tratado de Não Proliferação quando chegar ao poder. Mas os analistas recordam o caso da Ucrânia, antiga república soviética, que também disse o mesmo e que agora usa o seu arsenal nuclear para obter contrapartidas noutros sectores.

Além disso, os especialistas americanos estão preocupados com o facto de o ANC ter laços estreitos com o líder líbio, Moamar Kadhafi, que sempre apoiou Nelson Mandela quando ele estava na prisão e que ainda financia o movimento e treina militarmente os seus militantes. ■



Uma seleção criteriosa de recortes das principais notícias sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e sobre a África Austral publicadas nos jornais

Continuação da pág. 8

Switching Sides in Angola

Half of them are believed to have died during a two-month battle for the city of Huambo, a UNITA stronghold in the central highlands, which Savimbi's guerrillas captured in early March. Survivors who reached the government-held town of Caimbambo told NEWSWEEK of how UNITA troops attacked columns of refugees, heading some with machetes and hurling the wounded into the powerful Catumbela River to drown. "If they caught you they would kill you," says Franklin Guilherme, a refugee who escaped Huambo with his wife and 1-year-old daughter. UNITA forces now control three provincial capitals and 70 percent of Angola's countryside. Renewed fighting has disrupted the planting season, and relief workers warn that famine could follow.

Ill-fated cease-fire: While Savimbi runs amok, President dos Santos has proved a reliable—if tardy—convert to democracy. Prior to the ill-fated 1991 cease-fire, he sent packing the Cuban soldiers and advisers who had aided his MPLA forces. He publicly renounced Marxism, instituted democratic and market-oriented economic reforms and participated in multiparty

elections. The measures have impressed Edmund de Jarnette Jr., the head of the U.S. Mission in Luanda. For the past four months, he has recommended that Washington establish full diplomatic relations. Last week the U.S. Congress introduced resolutions to do so. Still, the administration dawdles. "Our primary focus is stopping the war and getting the two sides to negotiations," says a senior State Department official, "so any action on recognition must take second place."

Dos Santos is frustrated by Washington's refusal to recognize his government. "To maintain a position which does not recognize Angola means to favor UNITA," dos Santos complained in a recent newspaper interview. "The U.S. has got a great responsibility in pacifying Angola." For now, though, dos Santos appears intent on waging a second round of the civil war. In March he had Parliament approve conscription for men between the ages of 20 and 45. And he appealed in a speech on Portuguese television for the international community to send weapons to help his government "defend democracy."

The renewed fighting has taken on a vicious ethnic overtone that will damage prospects for national reconciliation. Last November the MPLA distributed weapons to militants in Luanda who slaughtered hundreds of civilians belonging to the Ovimbundu and Bakongo

ethnic groups. "Nobody is interested in taking prisoners," admits government army Gen. Eusebio Brito Teixeira. Savimbi, himself an Ovimbundu, has been critical of Angola's vestigial Portuguese colonial community. During January UNITA troops reportedly killed middle-class Portuguese and mixed-race Angolans in the cities of Benguela and Lobito.

It will now be up to the United States to help find peace terms agreeable to both Savimbi and dos Santos—and the United Nations will be faced with enforcing another shaky cease-fire. Could all this have been averted if the United States had assumed a more active role at an earlier juncture? Washington's reluctance to break with its cold-war ally gave Savimbi license to subvert Angola's short-lived experiment in peace and democracy with near impunity. It's a lesson that equally ruthless leaders in other African countries will have duly noted.

KAREN BRESLAU with JOE CONTRERAS in Luanda, CHRIS MCGREAL in Caimbambo and JANE WHITMORE in Washington

South Africa THE ECONOMIST, 27.3.93

Bombs away

IF YOU had it, flaunt it, is South Africa's new motto. In a speech on March 24th to a joint session of South Africa's Parliament, President F.W. de Klerk deftly dropped a nuclear bombshell—or, rather, six of them. He confirmed for the first time what the outside world had guessed: that South Africa had secretly been making nuclear weapons. But the drama in Mr de Klerk's announcement was in the detail. By 1989 South Africa had built six "nuclear-fission devices" out of a planned seven. All had been destroyed before South Africa signed the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) in July 1991.

South Africa is the first supposedly non-nuclear NPT member to admit to a bomb-building habit (although there are several more suspects). Assuming that Mr de Klerk is now telling all, it is also the first bomb-builder to give up its weapons voluntarily. Coming just weeks after North Korea made nuclear history of a different sort, by be-

coming the first member of the NPT to announce that it was pulling out of the treaty, South Africa's revelations have cheered up the hard-pressed officials of the International Atomic Energy Agency. Their job is to check that NPT members do not divert nuclear materials for military use.

Over the past 18 months, IAEA inspectors have scoured South Africa, with official co-operation, in order to establish whether the inventory of nuclear materials, including highly enriched uranium, presented to them is correct. They have also visited an intended weapons' test site in the Kalahari desert; soil samples there showed that the site, first detected by American satellites in 1977, had not in fact been used. Does this latest fit of *glasnost* imply that South Africa had nonetheless lied to the inspectors?

Mr de Klerk claims not: he says that by the time South Africa joined the NPT as a non-nuclear-weapon state, the weapons had been dismantled, their nuclear material recovered and recast for civilian use and all the hardware and design information destroyed. The IAEA accepts that South Africa's inventory of highly enriched uranium included all the material recovered from the bombs, though its inspectors have now returned to the country, to double-check. Meanwhile America has offered to buy the enriched uranium. Mr de Klerk may be keen to sell it, while his party is still in power and white minority rule intact.

South Africa began making nuclear weapons in the mid-1970s, out of fear that in a war with neighbouring Angola and Mozambique its own forces might be overwhelmed by Soviet-backed conventional forces. It had no intention of using the weapons, claims Mr de Klerk. But in extremis it would have tipped off the United States and other major powers of its nuclear capability, to persuade them to intervene. The weapons were given up because by 1989 the security threat had diminished and because the cold war was over. By signing the NPT, South Africa could count on international help for its civilian nuclear industry.

Yet questions remain. In 1979 western satellites picked up a double-flash consistent with a nuclear test near Prince Edward Island in the south Atlantic. South Africa was thought either to have tested a device of its own, or else allowed Israel, another clandestine bomb-builder, to conduct a test. Mr de Klerk denies all, claiming that South Africa has neither conducted a nuclear test nor co-operated in bomb building with anyone else.

BOMBAS NUCLEARES

Ocidente ajuda África do Sul

EXPRESSO, 27.3.93

David Beresford,
correspondente
em JOANESBURGO

É CADA vez maior o cepticismo da indústria nuclear sobre as afirmações feitas esta semana pela África do Sul de que construiu seis bombas atômicas sem qualquer ajuda externa, entretanto desmanteladas após a chegada ao poder de Frederik De Klerk, em 1989.

Os especialistas ingleses e suecos que vigiaram as atividades nucleares da África do Sul nas últimas décadas asseveraram que o programa foi desenvolvido com a assistência de Israel, França e Alemanha Ocidental, pelo menos, mas provavelmente também com a ajuda dos EUA.

Também se suspeita que os engenhos seriam mais sofisticados do que a bomba largada sobre Hiroshima, o que contraria afirmações de De Klerk, pensando-se que os engenhos desenvolvidos por Pretória poderiam ser lançados pelos gigantes canhões de artilharia G-5 e G-6.

A África do Sul diz fazer agora estas revelações devido às fortes pressões dos EUA para destruir qualquer tecnologia nuclear e se libertar dos «stocks» de urânio enriquecido antes que um governo negro assumo o poder. Pensa-se que a

preocupação de Washington se deve às boas relações entre o ANC e a Lfbia.

Os americanos também tentaram que Pretória cancelasse o seu programa espacial, com receio de que os mísseis necessários ao lançamento de satélites possam ser utilizados para lançar bombas nucleares.

Contudo, De Klerk afirmou esta semana que o seu Governo não se submeterá a tais pressões, acrescentando que seria uma «discriminação abusiva» se qualquer país ou agência internacional tentasse impedir a África do Sul de desenvolver a sua capacidade de lançamento de satélites comerciais.

Numa alocução perante uma assembleia conjunta das três Câmaras parlamentares, o Presidente afirmou que as bombas tinham sido construídas com um objectivo dissuasor. «A estratégia era que, se a situação na África do Sul se deteriorasse gravemente, seria dada uma informação confidencial da capacidade dissuasora do país a uma ou a várias potências, por exemplo aos EUA, numa tentativa de as persuadir a intervir», disse De Klerk.

Segundo fontes governamentais, em tais circunstâncias teria possivelmente sido feita uma deflagração experimental subterrânea, para servir de «aviso».

PÚBLICO, 28.3.93

Mandela contra a violência

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, afirmou ontem em Joanesburgo que o único antídoto contra a violência que corrói a África do Sul é a organização de eleições e a formação de um Governo democrático.

Numa reunião da Frente Patriótica, que congrega mais de 100 grupos que têm combatido o «apartheid», Mandela acusou as actuais autoridades de propagarem a violência e de procurarem sabotar o processo negocial que há-de instaurar a democracia pluralista, ao fim de 300 anos de controlo do país pelos brancos.

«Não se pode esperar que os que fabricaram bombas atômicas para matar em defesa do 'apartheid' possam agora ter escrúpulos quando o seu poder está ameaçado» — disse o mais importante político negro da África do Sul.

O Presidente De Klerk anunciara quarta-feira que o país construiu seis bombas nucleares durante os anos 80, mas que entretanto já as havia des-

truído. E este tem vindo a ser um dos grandes temas de polémica na imprensa sul-africana, agora que se procura avançar para um grande debate sobre a reconciliação nacional.

A reunião formal de negociações constitucionais (ainda sem nome certo) deve iniciar os seus trabalhos na quinta-feira 1 de Abril, apesar do crescente nível de tensão entre os prováveis 26 grupos participantes.

O êxito da nova assembleia é de importância vital. O país não pode correr o risco de se repetir o fracasso da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), que levou a quase um ano de acrimónia política, caos social e estagnação económica. Por isso, a nova ronda de negociações só foi anunciada depois de uma série de prolongadas reuniões bilaterais entre os principais grupos políticos do país, a começar pelo

Continua
na pág. 11

A um ano das eleições

Jorge Heitor

A África do Sul entrou praticamente em campanha eleitoral, um ano antes da data prevista para as primeiras eleições em que poderão votar todos os seus cidadãos. O ANC está apostado em conseguir mais de metade dos lugares na Assembleia Constituinte e o Partido Nacional gostaria de ficar com perto de um quarto.

Ainda só na quinta-feira é que deverá começar a assembleia formal em que 26 formações políticas e sociais vão debater o futuro da África do Sul, mas para alguns partidos é como se estivessem já em campanha eleitoral, partindo do princípio de que as eleições para a Constituinte vão ser sensivelmente dentro de um ano.

Uma Frente Patriótica de

mais de 50 grupos que têm vindo a combater o "apartheid" decidiu ontem, em Joanesburgo, constituir uma aliança eleitoral dirigida pelo Congresso Nacional Africano (ANC), decerto com o intuito de permitir a este e aos seus aliados a conquista de mais de 50 por cento dos votos de todos os cidadãos.

A Frente foi há 18 meses criada em Durban, no Natal, mas pouco tem conseguido fazer, havendo-se virado agora para a perspectiva eleitoral, desde há muito cara ao ANC, que aposta a fundo na existência de uma Assembleia Constituinte.

O principal grupo negro de oposição às ideias socializantes de Nelson Mandela e seus sequazes, o Inkatha, do chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, nunca desejou aderir a semelhante Frente; e o Congresso Pan-Africano (PAC), que esteve entre os fundadores, boicotou a reunião de dois dias agora efectuada durante o fim-de-semana.

Mandela, que a maior parte do mundo venera como o chefe natural da nação sul-africana, afirmou ontem que o seu movimento toma em consideração todas as críticas que lhe têm vindo a ser formuladas pelos aliados. E é de crer que se procure aproveitar

deste projecto de coligação eleitoral quando na quinta-feira principiarem as negociações formais sobre as grandes linhas para o futuro do país.

53 por cento

O coordenador da campanha eleitoral do ANC, Ketso Gordhan, afirmou já que o grupo — cujas origens remontam a 1912 — espera conseguir pelo menos 53 por cento dos votos nas primeiras eleições a disputar em pé de igualdade por todos os sul-africanos adultos, sejam eles brancos, pretos ou mestiços. E que para isso conta com o apoio de perto de 70 por cento dos negros e de dois por cento dos brancos. Mas alguns militantes de outros partidos duvidam de que, na verdade, o movimento de Mandela consiga facilmente dobrar o cabo dos 50 por cento.

Ontem, numa conferência de imprensa, o velho senhor da luta contra o "apartheid" riu-se de uma declaração feita pelo Presidente Frederik de Klerk no sentido de que o Partido Nacional, desde 1948 no Governo, conseguirá reduzir o ANC às suas verdadeiras proporções.

Gordhan considerou que o Partido de Frederik de Klerk será o segundo nas eleições no próximo ano, com cerca de 20 por cento dos votos de toda a nação e o apoio da maioria do eleitorado branco. Mas os governamentais aspiram mesmo a ir até perto dos 25 por cento, contando para isso com significativos sectores das comunidades mestiça e indiana, bem como com uma minoria dos negros.

A República da África do Sul tem uma população total de 35 milhões de habitantes, incluindo cinco milhões de brancos, designadamente de famílias originárias da Holanda, das Ilhas Britânicas, da França e de Portugal.

Um dos assuntos a debater durante as conversações que deverão arrancar esta semana é o da possível anulação da independência que o regime do "apartheid" concedeu a alguns bantostões [territórios reservados a negros] e que as Nações Unidas não reconhecem.

"The Sunday Times" anunciou ontem, em Joanesburgo, que o Governo já está a estudar um plano para reintegrar na administração sul-africana três dessas "pátrias negras": o Transkei, o Ciskei e o Venda. Mas Pretória não o confirmou. ■

Continuação da pág. 10

Mandela contra a violência

ANC, pelo Partido Nacional e pelo Inkatha.

Uma nova Constituição

A declarada intenção da nova assembleia formal será redigir uma nova Constituição para a República da África do Sul, mas na verdade o objectivo será convencer os outros participantes, de ambos os lados do espectro político, a aceitarem o programa de transição já formulado pelos grupos de Nelson Mandela e de Frederik de Klerk.

Nas últimas semanas, diversas comissões têm-se reunido para resolver diferenças sobre os mecanismos e a agenda da próxima convenção, bem como para estabelecer normas que garantam o êxito da mesma. Os participantes nas comissões revelam muito pouco à imprensa, deixando a impressão de que haverá mais um espectáculo orquestrado do que

um genuíno fórum de negociações.

Os 19 participantes na Codeda de há um ano querem manter o mesmo nome, que foi cunhado pelo então secretário-geral do Partido Comunista, Joe Slovo. Mas os novos aderentes ao processo negocial, incluindo o Congresso Pan-Africano (PAC) e o Partido Conservador, preferem escolher outra designação.

O ANC e o Governo têm muito mais a perder do que a ganhar se o processo negocial não for por diante. O Governo está já a perder apoio na sua base tradicional, a população africana, devido ao agravamento das condições de segurança, que faz inclusive com que as crianças tenham de ir para a escola sob escolta militar. E muitos brancos acham que as autoridades não estão a fazer o suficiente para combater os ataques racistas do "Exército de Libertação Popular" do PAC, nem a conseguir enfren-

tar a onda de criminalidade que afecta em especial a classe média de origem europeia.

Quanto ao ANC, que se pretende força maioritária da sociedade sul-africana, tem de lidar com rixas na frente comum dos chamados movimentos de libertação e com o crescente cepticismo das massas negras quanto ao valor das negociações com aqueles que continuam a ser entendidos como "os opressores".

Entretanto, alguns dos principais participantes nas negociações têm feito esforços nodados para emagrecerem, como se um bom político tivesse de ser um homem elegante: o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, já perdeu 11 quilos, o seu homólogo comunista, Chris Hani, perdeu 10, e o representante do Inkatha nas conversações, Frank Mdlalose, também está a fazer dieta. ■

Steven Lang,
em Joanesburgo, com Reuter

ESCRavidão e Relações
Raciais no Brasil
- CADASTRO DA PRODUÇÃO
INTELLECTUAL (1970-1990)

Um importante
instrumento
de pesquisa
para os estudiosos



A VENDA
NO CEEA (US\$ 10,00)

O regresso dos régulos

RÁDIO MOÇAMBIQUE tem vindo a noticiar que, na província de Cabo Delgado, no Norte do país, a Renamo ocupou recentemente várias aldeias, substituindo as suas estruturas governamentais pelos antigos régulos, tal como tinha já feito em Nampula. É, aparentemente, o regresso a uma África profunda, passando por cima das reformas de inspiração marxista introduzidas após a descolonização e que em muitos casos deram um resultado negativo.

A mesma estação oficial alegou na semana passada, sem grandes pormenores, a entrada em Moçambique de tropas da Renamo formadas no exterior e a formação, nas zonas sob controlo de tal movimento, de moçambicanos e dissidentes zimbabueanos.

Estas e outras alegações governamentais deverão ser levadas às próximas reuniões da Comissão de Cessar-Fogo e da Comissão de Supervisão e Controlo, numa altura em que as Nações Unidas ainda não conseguiram verificar anteriores acusações de

que a Renamo estaria a violar as tréguas. Mas este grupo não quer ir a mais reuniões enquanto as autoridades não resolverem os problemas logísticos de que desde há muito se queixa.

O Governo de Maputo falou em meados do mês da entrada ilegal no país de um avião que teria sido adquirido pela Renamo, mas acrescentou que o aparelho nunca mais conseguiu voar (pois não estaria em condições para isso) e que o piloto fugiu.

Entretanto, numa das suas conferências de imprensa semanais, o representante das Nações Unidas no processo de paz moçambicano, o italiano Aldo Ajello, disse nunca ter recebido qualquer queixa formal sobre uma situação que a Renamo tem vindo a alegar: a da transferência para a polícia de militares desmobilizados da Frelimo e de elementos dos antigos serviços de segurança.

Ajello também informou nunca ter sido contactado sobre eventual colocação de microfones em casas que o Estado atribuiu à Renamo, pelo que julga tratar-se apenas de uma especulação feita por Afonso Dhlakama em conversas que tem mantido com jornalistas.

Durante a conferência de im-

prensa que deu há duas semanas em Maringué, na área da Gorongosa, o líder da Renamo fez queixas referentes a dificuldades logísticas com que o seu pessoal aparentemente se depara em Maputo, tendo dito que as autoridades não lhe dão comida suficiente.

O Governo respondeu com a evocação de mais de 920 milhões de meticais (46 mil contos portugueses) já gastos em comida, artigos de higiene, aluguer de carros, combustível e outras despesas com os homens da Renamo enviados para a capital.

Aldo Ajello aguarda que se possa reunir a Comissão de Supervisão e Controlo para poder alterar as regras do jogo e impedir, no futuro, que alguém boicote a verificação de todas as acusações de violação do cessar-fogo assinado em Outubro do ano passado.

No entanto, até conseguir a reunião, o que se está a mostrar extremamente difícil, tudo permanece há mais de oito dias no impasse e as Nações Unidas nada conseguem fazer.

A questão logística parece ser o último trunfo a que a Renamo se poderá agarrar, depois de o Governo haver acedido a alterar

a forma da participação das violações, de modo a coadunar-se com as exigências formais feitas pelo movimento de Afonso Dhlakama.

O chefe da oposição, que sempre tem vivido na zona da Gorongosa, ainda não se instalou na capital moçambicana por entender não lhe servirem — para si e para os seus colaboradores — nenhuma das quatro casas que as autoridades já colocaram à sua disposição. Três delas vieram a ser entregues a outros dirigentes da Renamo e a quarta foi transformada em sede do movimento.

Ajello tem tentado ultrapassar as queixas da Renamo quanto a dificuldades de alimentação, transportes e comunicações recorrendo à Itália, que atribuiu uma vultuosa verba para o apoio logístico à antiga guerrilha agora transformada em partido político. Mas se o general Raul Domingos, representante de Dhlakama na Comissão de Supervisão e Controlo, não comparecer na capital não poderá ser oficialmente informado disso. E enquanto não for informado mantém-se afastado... ■

João Ferraz, em Maputo

Portugal deu "resposta positiva"

Bispos de Moçambique querem Universidade Católica

PÚBLICO, 24.3.93

António Marujo

O bispo de Tete é o principal impulsor da ideia de criar uma escola superior católica em Moçambique. Uma iniciativa que faz sentido no âmbito da acção de inculturação da Igreja Católica. A Universidade Católica Portuguesa já prometeu ajudar.

A Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) pretende criar uma escola superior católica no país, para o que espera ter o apoio dos bispos portugueses e da Universidade Católica Portuguesa (UCP), declarou ao PÚBLICO o presidente

da CEM, Paulo Mandlate, 59 anos, bispo de Tete.

Para breve, a Conferência Episcopal lançará publicamente um pequeno documento em forma de "declaração de intenções" acerca dos objectivos pretendidos com a universidade. Depois de duas reuniões com os responsáveis da UCP — a última foi na passada semana —, Paulo Mandlate diz que "ainda não está definida" a forma de cooperação, mas, para já, existe uma "resposta positiva" da escola portuguesa, que "fará o que puder".

De qualquer modo, sabe-se já que a futura Universidade Católica de Moçambique deverá começar por se instalar na Beira, no antigo Colégio Gonçalo da Silveira, com a Faculdade de Teologia. A seguir, deverão ser contemplados Nampula e Maputo.

Bispo (sempre de Tete)

desde 1976, o prelado moçambicano passou por Lisboa vindo de Roma, onde no passado dia 12 esteve com os seus colegas de episcopado para a visita "ad limina" ao Papa — um encontro periódico, normalmente de cinco em cinco anos, em que cada bispo leva ao Vaticano o relato da situação sócio-religiosa da diocese.

Poucas horas antes de partir para Moçambique, o presidente da CEM apontou a inculturação como prioridade na acção da Igreja da qual é responsável máximo. "Queremos entrar no cristianismo como somos", disse, devendo a inculturação ir "até onde não se ofenda a fé, analisando o que é permanente [no cristianismo] e o que é caduco e acessório de outras culturas".

Em relação ao Sínodo dos bispos africanos, marcado pelo Papa João Paulo II para o próximo ano, em Ro-

ma — e cujo tema principal é precisamente a inculturação da fé cristã no continente —, Paulo Mandlate discorda da escolha de Roma para lugar da reunião. "Penso que teria sido melhor se fosse convocado para dentro do continente. Na nossa cultura, os problemas de fundo da nossa casa não se resolvem em casa do outro." Por isso, não está de acordo em "resolver os problemas da Igreja de África fora de África".

Lentidão no processo de paz

No discurso que fez ao Papa, durante o encontro colectivo dos bispos moçambicanos com João Paulo II, Paulo Mandlate manifestou-se preocupado com a "lenti-

Continua na pág. 13

La tragédie des enfants-soldats

Même les enfants avaient été enrôlés dans l'atroce guerre civile qui, durant seize ans, a ravagé le pays avant que s'instaure une paix fragile.

LE POINT, 27.3.93

De notre envoyée spéciale
au Mozambique

Namaacha a des allures de ville fantôme. Quelques fermes majestueuses, abandonnées à la hâte par les colons portugais, décrépissent dignement. Dans les rues désertes, deux ou trois gosses guettent les rares passants susceptibles de leur donner un peu d'argent. Les combats ayant cessé depuis trois mois, la route sur Maputo est réouverte. Cette bourgade à la frontière du Swaziland vit au rythme d'une paix précaire et irréaliste. Parsemée de cratères de mines, ja-

lonnée de carcasses de tanks calcinés, la route de Maputo, encore bien peu fréquentée, ressemble à une plaie béante, stigmata de l'une des plus atroces guerres civiles que l'Afrique ait connues. Dans ce terrible conflit qui, en seize ans, a fait plus d'un million de morts et déplacé deux millions de personnes, chacun désormais cherche à retrouver ses proches.

Depuis le cessez-le-feu, signé à Rome le 4 octobre dernier, chaque jour de paix supplémentaire est une divine surprise. L'accord est respecté et les langues progressivement se délient : « Ils ont détruit toutes les écoles du village... En dix ans, je n'ai jamais

pu quitter ma région... Les femmes étaient violées, puis enlevées... » Chacun raconte par bribes cette guerre sanglante entre rebelles anti-marxistes de la Renamo (Résistance nationale du Mozambique) et forces gouvernementales du Frelimo (Front de libération du Mozambique). Razias, mutilations ou exécutions sommaires demeurent à jamais gravées dans la mémoire de ceux qui ont vécu « le Cambodge et l'Afrique ». Premières victimes de ce conflit : les enfants.

« Nom : Juma. Sexe : masculin. Age : 6 ans. Localité : Namaacha. » Pour compléter ces quelques détails d'identité, une photo floue, jaunée par le temps, témoigne de cet enfant disparu. Aux côtés de Juma, ils sont une douzaine à figurer ainsi sur le dernier avis de recherches affiché à Maputo. A partir de 6 ans, des milliers de petits garçons ont été kidnappés, éloignés de leur village natal, puis enrôlés de force dans la guérilla. Sous la menace, certains auraient même dû tuer leurs propres parents. Un flot de témoignages parvient désormais aux organisations humanitaires. Parmi elles, Save the Children US cherche à réunifier les familles.

Não deixe de
assinar

NOTÍCIAS
AFRICANAS

Uma seleção criteriosa
de recortes das
principais notícias
sobre os Países
Africanos de Língua
Oficial Portuguesa e
sobre a África Austral
publicadas nos jornais

Moçambique aguarda tropas japonesas

PÚBLICO, 27.3.93

que os nipónicos só se preocupam com o que se passa na Ásia, sua zona privilegiada de influência.

«Estamos prontos a ir a qualquer zona onde haja necessidade» — explicou o funcionário, ao apresentar a nova disponibilidade japonesa de cruzar os mares e ir até países situados a muitos milhares de quilómetros.

Os ministros estavam inicialmente receosos de enviar tropas para uma região tão distante, mas Tóquio quer agora enterrar os fantasmas do passado e começar na esfera internacional uma actividade inteiramente nova, que nada tenha a ver com o que se passou nos últimos 60 anos.

O primeiro-ministro Kii-chi Miyazawa chegou à conclusão de que Moçambique — onde Frelimo e Renamo se combateram durante cerca de 16 anos — está hoje verdadeiramente em paz e que os soldados japoneses que para lá forem não correrão o risco de se envolverem em combates, antes devendo ajudar a consolidar a democracia e a organizar eleições absolutamente isentas.

O Japão poderá agora abrir um escritório especial em Maputo, a fim de coordenar a participação das suas tropas nos esforços para a consolidação da paz, esforços esses que estão essencialmente a ser coordenados pelos italianos (curiosamente aliados de Tóquio no conflito que há meio século dilacerou o planeta, desde as praias da Normandia às florestas do Sueste Asiático). ■

Continuação da pág. 12

Bispos de Moçambique querem Universidade Católica

dão no cumprimento completo do acordo geral de paz». Ao PÚBLICO, concretizou as suas angústias: «acantonamento das tropas, ajudas prometidas para apoiar o processo», da parte da ONU, dos Estados Unidos e de outros países, e a «instalação completa da Renamo» em Maputo são os aspectos que deveriam ser resolvidos mais rapidamente.

Condição necessária para a paz e prioridade nacional será o «acolhimento condigno» de refugiados e deslocados de guerra — aspecto que Paulo Mandlate também referira no discurso dirigido ao Papa. No mesmo plano, está a resolução correcta do problema da desmobilização dos militares envolvidos na guerra civil.

A alegação de falta de condições feita pelo presidente da Renamo, Afonso Dlakhamu, como razão para não se instalar na capital do país deve ter, segundo o bis-

po Mandlate, «algum fundamento». Mas, avisa, «ficar de fora [do processo] é perigoso». A Igreja está «disposta» a colaborar no restabelecimento do diálogo — «se continuar assim, pensamos falar com eles» — e Angola serve-lhe de (infeliz) exemplo: «Os responsáveis políticos devem estar atentos ao que se passou, para evitar a repetição dos mesmos erros.»

Semelhante apelo fizera-o também João Paulo II, no discurso com que respondeu à saudação do presidente da Conferência Episcopal de Moçambique: «Quero encorajar todas as partes em causa a prosseguirem (...) o caminho da actuação dos acordos assinados. Ocorre fazê-lo, e sem demora: os pobres não podem esperar. A paz continua ameaçada. Não sejam defraudadas as esperanças de todo um povo, mergulhado em miséria e sofrimento mortal.» ■

O JAPÃO, que durante décadas evitou enviar qualquer soldado para fora das suas fronteiras, traumatizado que estava com a derrota na II Guerra Mundial, terá agora cerca de 50 militares em Moçambique, no fim de Maio, a fim de participar nas operações de manutenção de paz organizadas pelas Nações Unidas — foi ontem anunciado em Tóquio.

Será a segunda vez que os japoneses participam nas operações da ONU, depois de em Setembro do ano passado terem enviado 600 militares para o Camboja. E a primeira que o fazem em território africano, que geralmente não tem tido quaisquer laços com o Império do Sol Nascente.

Em Fevereiro, ao visitar Tóquio, o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, louvou o Japão pela sua presença no Camboja e alvitrou que o país dos samurais também poderia dar uma ajuda para as operações em Moçambique, onde no próximo ano deverão ser organizadas eleições presidenciais e legislativas.

Um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros citado pela agência noticiosa Kyodo afirmou que a decisão de aceitar a sugestão da ONU ajudará a dissipar a impressão de

Guiné-Bissau em transe

PÚBLICO, 27.3.93

A revolta dos beafadas

É DE ETNIA beafada, originária do Sul do país, a maior parte da centena de militares da Guiné-Bissau durante a última semana detidos por causa de acontecimentos que o Governo caracteriza agora como uma tentativa de golpe de Estado e que outras forças dizem ser apenas agitação no âmbito das Forças Armadas e do PAIGC.

Os beafadas foram o principal grupo que esteve ao lado dos balantas (a etnia mais numerosa da Guiné-Bissau) na luta pela independência, travada entre 1963 e 1974. E a sua actual agitação — ou as reivindicações de militares a ele pertencentes — poderia ter alguma coisa a ver com o facto de o país estar a passar a novos tempos, nos quais muitos vão perdendo os privilégios que lhes advêm do seu estatuto de Combatentes da Libertação da Pátria.

O Presidente João Bernardo Vieira anda com escolta reforçada e a mulher, Isabel Romano Vieira, partiu para o estrangeiro, via República da Guiné (Conakry); mas fora isso não se pode dizer que o clima em Bissau se encontre extremamente tenso, dez dias depois de o sargento Amadu Mané ter morto a tiro o major Joaquim Robalo de Pina, Comandante da Força de Intervenção Rápida (FIR).

Mané e outros cinco elementos andam a monte, bem armados e possuidores de um rádio com o qual já têm conseguido interferir nas comunicações das Forças Armadas. Mas as autoridades afirmam que tudo estão a fazer para evitar o derramamento de sangue, pois poderá acontecer que prefiram apanhar aqueles homens vivos do que mortos. A fim de eventualmente os obrigarem a contar com que complicitades insuspeitas é que estariam a contar.

Entre os detidos há antigos alunos da escola-piloto do PAIGC, militares na casa dos 20 anos que aparentemente teriam mais simpatia pela linha dura do partido do que pelas tentativas reformistas que alguns dirigentes fizeram nos últimos meses, nomeadamente sob pressão da comunidade internacional.

Mas, para além disso, para além da existência de beafadas e de jovens quadros do regime entre as pessoas detidas para averiguações, pouco mais se sabe do que é que na verdade estava a semana passada na forja. E surgem os mais descontraídos boatos, como os que procuram implicar na presumível conjura partidos da oposição e até mesmo os ex-comandos africanos formados na antiga Guiné Por-

UMA CENTENA DE DETENÇÕES EM BISSAU — Eleva-se já a cerca de uma centena o número de detidos na Guiné-Bissau, devido aos acontecimentos do dia 17. As autoridades começaram por dizer tratar-se de um simples incidente, para mais tarde admitirem a existência de preparativos para um golpe de Estado, que atrasaria por dois anos o processo democrático e a organização de eleições. Entre os detidos, sobretudo militares, um antigo comissário político da Armada, Mário Soares, apresentado como chefe dos conspiradores, e o brigadeiro Mário de Sousa Delgado; mas não se sabe o nome da pessoa que seria colocada na Presidência da República se tivesse sido possível derrubar "Nino" Vieira. Foi apenas dito que se trataria de "um antigo aluno da escola-piloto do PAIGC" e que já haveria lista do Governo desejado pelos golpistas.

PÚBLICO, 26.3.93

tuguesa pelo então general (hoje marechal) António de Spínola.

Detidos em três locais

Os interrogatórios de detidos estão a decorrer no Estado-Maior das Forças Armadas, na Base Aérea de Bissalca e na segunda esquadra de Bissau, mas nem todas as forças da oposição aceitaram o convite do regime para assistir aos depoimentos.

O Movimento Bafatá, que se considera o grupo actualmente com mais peso entre o eleitorado da Guiné-Bissau, disse ontem em conferência de imprensa que o acesso aos interrogatórios deveria ser restrito ao poder judicial, não se devendo fazer aproveitamento político deste caso.

Segundo o vice-presidente do Bafatá, Salvador Tchongó, tudo o que aconteceu é uma

consequência de problemas surgidos nas Forças Armadas, "histórico braço armado do PAIGC", não havendo ainda elementos para se concluir se foi ou não uma tentativa de golpe de Estado.

O que os políticos devem agora fazer — acrescentou — é concentrarem-se na marcação das primeiras eleições presidenciais e legislativas de carácter pluralista, que o país deseja ter ainda este ano, depois de as mesmas já lhe haverem sido prometidas em 1992.

Enquanto isto, as ajudas externas à Guiné-Bissau são cada vez mais condicionadas a uma efectiva implementação da democracia e o nível de vida é para muitos miserável, pelo que nos últimos anos milhares de cidadãos emigraram. ■

Jorge Heitor,
com António Soares Lopes
em Bissau

Tropas do Zimbabwe retiram de Moçambique

DEPOIS de mais de uma década de presença em Moçambique, o contingente militar de cerca de mil soldados zimbabwuanos que durante a guerra civil combateu ao lado das tropas governamentais contra os guerrilheiros da Renamo regressa ao seu país a partir do próximo dia 4. O anúncio da retirada coincide com a chegada dos 1.030 soldados italianos que estão a ser colocados ao longo dos 290 quilómetros do Corredor da Beira, rota vital para o contacto do Zimbabwe com o mundo exterior, através do Oceano Índico.

Dezasseis países garantiram, entretanto, o envio de observadores militares para fiscalização do processo de pacificação de Moçambique. Actualmente estão aqui estacionados centenas de oficiais e soldados, sob a bandeira das Nações Unidas, nomeadamente portugueses, argentinos, bangalês, brasileiros, cabo-verdianos, egípcios, guineenses, indianos, malaio, russos, twanas, uruguaio e suecos.

O Governo moçambicano anunciou esta semana que vai discutir em Abril com todos os partidos da oposição o

projecto da futura Lei Eleitoral. Com efeito, o primeiro-ministro, Mário da Graça Machungo, distribuiu convites a todas as 17 formações políticas do país, incluindo a Renamo e o Partido Frelimo, no poder, para uma reunião preparatória do encontro. As formações políticas que ainda não se registaram oficialmente como tal foram igualmente convidadas.

EXPRESSO, 27.3.93

Refinaldo Chlenque
correspondente em MAPUTO

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Robinson Gonçalves de Sá. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00 - We ask for exchange

COLIN DARCH
UNIVERSITY LIBRARY
UNIVERSITY OF WESTERN C
PRIVATE BAG X-17
LE 7535
ICA